

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS – SP

A Pernambucanas, ao longo de sua trajetória como uma empresa centenária, teve que, por diversas vezes, se reinventar. Em 2017, se reinventou novamente e a estratégia traçada pela Companhia mostrou-se eficaz, trazendo resultados históricos no encerramento do ano, mesmo perante aos desafios impostos pelo cenário econômico brasileiro.

O ano de 2017 foi marcado pela Transformação Digital da Pernambucanas, que passou a adotar uma estratégia híbrida ("Digital") de integração dos canais Físico e Digital, que agora se retroalimentam na geração de vendas com o estreitamento do relacionamento com o cliente. A criação do laboratório de Varejo Digital, um time multidisciplinar responsável por acelerar as iniciativas digitais e fomentar a cultura digital e inovação, foi o motor da transformação através de ações como o lançamento do APP Varejo e Site Mobile, adoção da estratégia de Big Data e Data Science para adoção de ações de marketing digital, descontos personalizados via APP, lançamento da rede social interna (WorkPlace – Facebook) dentre outras, contribuindo para o posicionamento da marca Pernambucanas como uma empresa digital. Como resultado deste novo posicionamento, vimos um incremento em vendas de R\$ 10 MM trazidos pelo aplicativo e, o mais importante, alcançamos formas mais próximas de interagir com nossos clientes, visando um relacionamento mais duradouro e fiel. Estas iniciativas digitais, somadas à estratégia de potencialização do Cartão Pernambucanas foram os grandes vetores de atração de fluxo para as lojas (+20% vs a.a.), de clientes altamente qualificados e fidelizados. Além disso, realizamos transformações nos processos de loja, incorporando mais tecnologia ao salão de vendas, como a introdução dos tablets no atendimento assistido, incorporação de totens de autoatendimento e incorporação da área física do crediário. Essas ações combinadas com a implantação de novo modelo de capacity e reorganização de atividades, trouxeram um incremento expressivo na conversão deste fluxo em vendas (+2 p.p vs a.a.).

No Varejo, em bases comparáveis, conquistamos um crescimento em vendas de +13% e incremento em margem de 4,1 p.p. em relação a 2016. A estratégia adotada de saída do Eletro Pesado e o posicionamento mais forte em moda mostrou-se assertiva, comprovado pelo crescimento de +15,8% em vendas no Vestuário, que compenrou integralmente a venda da categoria retratada. Tais resultados foram fruto de diversas iniciativas de gestão, tais como: (i) evolução importante na modelagem e na qualidade do produto do Vestuário, associada à melhoria na margem de compra; (ii) melhoria da gestão do abastecimento através do controle de aging, giro e cobertura dos estoques; (iii) aumento da frequência de entrega em lojas; (iv) compra de produtos promocionados; (v) implantação de módulos de planejamento de sortimento e markdown do ERP comercial; (vi) renovação do portfólio com a entrada de novas categorias; e (vii) forte estímulo ao uso do Cartão Pernambucanas na Venda de ramo mole, atingindo 45% de participação (+5 p.p. vs a.a.) atrelado às ações estratégicas do "Digital".

Ainda no Varejo, fizemos uma importante reestruturação da operação reforçando a interação entre Lojas, Centro de Distribuição e Escritório Central, de forma a viabilizar a criação de programas como o "Pernambucanas Descomplica" – com foco na simplificação de processos refletindo em experiência de compra Frictionless – e o "Eu Faço a diferença" – com foco no estreitamento da relação com o cliente através do atendimento em lojas. Buscando rentabilizar o negócio, passamos a acompanhar as lojas com desempenho abaixo do esperado de forma mais crítica através da criação de uma "UTI de lojas".

No marketing, adotamos uma importante estratégia de renovação da marca com o resgate da história da Companhia, e revisamos a alocação de verba de propaganda entre mídia digital e tradicional, bem como entre hard-sell e institucional. Reforçamos nosso posicionamento como a marca da família brasileira, consolidando esses atributos de valor na comunicação, na experiência de compra e nos nossos produtos.

A Pefisa, nossa Financeira, atuou com foco em avançar a operação do Varejo e cultivar um relacionamento mais duradouro com nossos clientes do Cartão Pernambucanas através do APP, que ao longo de 2017 apresentou diversas funcionalidades inovadoras, tais como: opção de antecipação de parcelas sem juros com desconto, pagamento da fatura até sábado em loja sem cobrança de juros, consulta e pagamento de fatura digital, solicitação online de cartão, dentre outras facilidades. Além disso, atingimos a marca de mais de 1 milhão de ativações de cartões em 2017, recorde histórico na Companhia. Nossa estratégia de parceria com a seguradora AXA mostrou-se eficaz, fato comprovado pela superação da meta contratual em mais de 20% na venda de seguros e ampliação da gama de produtos ofertados, como o lançamento do Seguro Mulher. Pensando em nossos clientes e no aumento do portfólio, lançamos a venda de planos odontológicos através da parceria com a Interodonto. Outro importante movimento na Financeira foi a parceria firmada com a bandeira ELO, empresa que apresenta grande fit com a marca Pernambucanas, materializada em uma proposta de valor mais aderente aos interesses dos nossos clientes.

Com relação aos processos internos da Financeira, realizamos importantes ações, como a otimização do processo de concessão de crédito através da implantação do novo motor, e também a implantação de tecnologias de redução de fraude através de biometria facial e documentoscopia. Ainda em 2017, demos início ao novo modelo de cobrança das carteiras em atraso, utilizando técnicas de Inteligência Artificial e cognição com foco no restabelecimento do relacionamento com clientes inadimplentes.

Além dos resultados alcançados nas unidades de negócio varejo e financeira, criamos uma nova unidade de negócio imobiliária (ALINC), de forma a capturar ganhos com os imóveis operacionais e não operacionais, e ainda, diversificar os negócios do grupo. A empresa ALINC será responsável pela gestão e rentabilização dos imóveis da Companhia, bem como desenvolver projetos de incorporação, aproveitando o cenário favorável do setor no Brasil. As importantes ações adotadas em 2017, culminaram em um resultado financeiro sólido para a Pernambucanas. Além de todas as ações comerciais e estratégicas adotadas, demos continuidade ao programa de redução de despesas e disciplina financeira iniciado em 2016, que produziu redução nominal de R\$ 150 MM no ano, totalizando mais de R\$ 350 MM nos últimos 2 anos. Tais resultados vieram de ações de ganhos de eficiência e eliminação de ociosidades, tais como revisões de modelos de contratação, terceirização de atividades não core, e reestruturação de áreas. Estabelecemos uma forte gestão do Capital de Giro baseado no controle rigoroso de aging dos estoques e implantação de novos processos de pagamentos a fornecedores, contribuindo significativamente para a geração de caixa. Buscamos o alongamento e diversificação da dívida, bem como redução da despesa financeira através de ações como a emissão da letra de câmbio Pefisa na Plataforma XP. Atingimos assim o menor patamar de dívida líquida dos últimos 3 anos.

Finalizamos um ciclo de virada financeira da Companhia e começamos um ciclo de crescimento e expansão. Criamos uma diretoria de expansão e estabelecemos uma governança para abertura de novas lojas. Como consolidação deste novo ciclo de expansão, concluímos a abertura de 9 lojas nas nossas regiões de atuação, e adotamos um novo conceito para novas lojas: mais moderno, mais barato, sem área do crediário (uso do tablet na área de vendas), e com suporte de iniciativas como ações de marketing digital para convites de inaugurações e realização de eventos para colaboradores e familiares nas inaugurações.

Como consequência das iniciativas acima, atingimos um Lucro Líquido total de R\$ 203 MM em 2017, com expressivo crescimento de +250% vs a.a., com destaque para o Varejo, que atingiu resultado histórico de R\$ 69 MM após período turbulento nos últimos anos. Tivemos uma expressiva geração de caixa no ano de R\$ 250 MM, impulsionada pelo Varejo, o que contribuiu para uma redução de 16% da dívida líquida, em termos nominais. Em decorrência da gestão eficaz dos estoques, liberamos R\$ 225 MM no capital de giro da operação de Varejo, o que permitiu uma maior alocação de capital na Financeira (R\$ 120 MM) para o crescimento da base ativa, gerando um ciclo virtuoso de recorrência, relacionamento e, consequentemente, mais fluxo para o Varejo.

Todos os resultados concluídos foram possíveis graças ao esforço de nossos colaboradores e parceiros. Nos preocupamos com nosso ato mais precioso: nossa gente. Avaliamos o grau de satisfação dos colaboradores através da pesquisa de clima, cuja adesão de 100% da Companhia e nota nos põe no mesmo patamar das empresas mais engajadas do país. Refirmamos nosso compromisso com a sociedade, demos continuidade ao programa de certificação dos nossos fornecedores, garantindo a conformidade com os mais altos padrões de compliance.

Após um ano histórico de consolidação deste importante ciclo de reestruturação das empresas do grupo, consolidado pelos resultados acima da expectativa, começamos 2018 com confiança para continuar investindo neste novo ciclo de expansão e crescimento. Apoiados em uma operação ajustada e mais eficiente, uma gestão comercial eficaz e um relacionamento mais sólido com nossos clientes, através de canais físicos e digitais, associado a um cenário econômico mais favorável no país, temos a convicção de que teremos um outro ano de grandes resultados.

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada nesta empresa.

São Paulo, 26 de março de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	228.893	169.730	586.808	534.347
Devedores por vendas, serviços e financiamentos líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	838.245	730.407	2.060.034	2.045.816
Estoques (Nota 9)	233.370	221.081	233.943	221.854
Impostos a recuperar (Nota 11)	33.084	51.770	34.334	52.476
Operações com derivativos (Nota 12)	8.173	-	8.723	4.841
Demais contas a receber (Nota 13)	52.804	65.707	84.315	69.420
	<u>1.394.569</u>	<u>1.238.695</u>	<u>3.008.157</u>	<u>2.928.754</u>
Não circulante				
Devedores por vendas, serviços e financiamentos líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	-	-	18.147	6.189
Impostos a recuperar (Nota 11)	6.495	8.192	71.581	9.434
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	170.128	221.480	412.255	502.177
Depósitos judiciais e cauções (Nota 20)	57.568	49.960	58.364	50.692
Demais contas a receber (Nota 13)	4.068	4.495	11.193	9.138
Propriedade para investimentos (Nota 15 c)	-	-	330.025	168.065
Investimentos (Nota 15)	1.031.261	934.288	-	-
Imobilizado (Nota 16)	1.031.727	1.171.329	1.239.412	1.399.362
Intangível (Nota 17)	67.988	118.705	136.149	146.169
	<u>2.369.235</u>	<u>2.508.449</u>	<u>2.277.126</u>	<u>2.291.226</u>
Total do ativo	<u>3.763.804</u>	<u>3.747.144</u>	<u>5.285.283</u>	<u>5.219.980</u>
Circulante				
Fornecedores (Nota 18)	668.637	450.017	1.193.934	1.073.695
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	455.030	764.813	549.721	1.133.556
Salários e encargos sociais	103.459	96.726	113.780	118.225
Impostos e taxas a recolher	100.160	137.124	106.800	143.820
Operações com derivativos (Nota 12)	-	43.296	413	43.296
Dividendos a pagar (Nota 23)	40.000	-	40.000	-
Imposto de renda e contribuição social	26.222	4	47.108	41.876
Demais contas a pagar (Nota 21)	120.226	154.541	76.147	141.438
	<u>1.513.734</u>	<u>1.646.521</u>	<u>2.127.903</u>	<u>2.695.906</u>
Não circulante				
Passivo a descoberto de investida (Nota 15)	35	63	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	403.452	307.658	832.704	314.215
Provisão para contingências (Nota 20)	34.064	41.347	445.301	427.405
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (c))	173.748	196.586	232.674	250.791
Demais contas a pagar (Nota 21)	122.342	152.441	130.625	129.487
	<u>733.641</u>	<u>698.095</u>	<u>1.641.304</u>	<u>1.121.898</u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora (Nota 23)				
Capital social	460.000	460.000	460.000	460.000
Reservas de lucros	627.373	455.698	627.373	455.698
Ajuste de avaliação patrimonial	429.056	486.830	486.830	486.830
	<u>1.516.429</u>	<u>1.402.528</u>	<u>1.516.429</u>	<u>1.402.528</u>
Participação dos não controladores				
Patrimônio líquido total	1.516.429	1.402.528	1.516.076	1.402.176
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.763.804</u>	<u>3.747.144</u>	<u>5.285.283</u>	<u>5.219.980</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Atribuível aos acionistas da controladora				Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros acumulados		
Em 1º de janeiro de 2016	460.000	(4.113)	43.771	404.045	903.703	903.385
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.523	58.523	58.489
Outros resultados abrangentes do exercício – benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	(7.220)	-	-	(7.220)	(7.220)
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	(7.220)	-	-	-	-
Distribuição aos acionistas	-	486.830	-	-	486.830	486.830
Dividendos complementares em 31 de maio de 2016 – R\$ 0,26 por ação (Nota 23)	-	-	-	(39.308)	(39.308)	(39.308)
Destinação do lucro	-	-	2.926	(2.926)	-	-
Reserva legal (Nota 23)	-	-	-	55.597	(55.597)	-
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	-	16.289	(16.289)	-
Total das transações com acionistas	-	486.830	2.926	16.289	(39.308)	(39.308)
Em 31 de dezembro de 2016	460.000	475.497	46.697	420.334	1.402.528	1.402.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	203.249	203.249	203.248
Outros resultados abrangentes do exercício – benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	8.857	-	-	8.857	8.857
Outros resultados abrangentes do exercício – Hedge Accounting	-	(430)	-	-	(430)	(430)
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	8.427	-	-	211.676	211.676
Destinação do lucro	-	(57.775)	-	-	(57.775)	(57.775)
Reserva legal (Nota 23)	-	-	10.163	(10.163)	-	-
Dividendos propostos – R\$ 0,27 por ação (Nota 23)	-	-	-	(40.000)	(40.000)	(40.000)
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	-	156.849	(156.849)	-
Total das transações com acionistas	-	(57.775)	10.163	156.849	(207.012)	(40.000)
Em 31 de dezembro de 2017	460.000	417.292	56.860	577.183	1.516.429	1.516.076

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Informações gerais**

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas, e artigos eletroeletrônicos leve, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos, e administração de bens imóveis próprios.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 318 lojas (2016 – 309 lojas).

Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA").

A Companhia opera, ainda, no ramo hoteleiro por meio de investimentos no Hotel Jatiúca S.A., localizada em Macaé, Estado de Alagoas.

A Companhia, em conjunto com as empresas controladas, compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de rateio ou individualmente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Consultivo em 26 de março de 2018.
- Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

 - 2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos (incluindo imobilizado) e passivos financeiros (determinados empréstimos e derivativos financeiros) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.
 - 2.2. Consolidação**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as sociedades controladas e controladora estão descritas na Nota 15.
 - 2.3. Conversão de moeda estrangeira**
 - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas controladas e da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.
 - (b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.
 - 2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.
 - 2.5. Ativos financeiros**
 - 2.5.1. Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

 - (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.
 - (b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Devedores por vendas, serviços e financiamentos", "Partes relacionadas", "Depósitos judiciais" e "Demais contas a receber".

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita (Nota 24)	2.771.952	2.751.687	3.591.480	3.749.885
Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 25)	(1.556.024)	(1.636.585)	(1.621.277)	(1.705.394)
Lucro bruto	1.215.928	1.115.102	1.970.203	2.044.491
Despesas com vendas (Nota 25)	(767.474)	(844.218)	(1.009.183)	(1.185.400)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(302.909)	(335.562)	(658.165)	(706.574)
Participação nos lucros de controladas (Nota 15)	84.664	113.486	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	188.800	173.993	189.076	177.711
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	419.009	222.801	491.931	330.228
Despesas financeiras (Nota 27)	(180.314)	(249.526)	(182.924)	(252.302)
Receitas financeiras (Nota 27)	31.210	69.256	32.129	69.605
Despesas financeiras, líquidas e lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	269.905	42.531	341.136	147.531
Imposto de renda (Nota 28)	(49.063)	10.965	(89.678)	(45.695)
Contribuição social (Nota 28)	(66.656)	15.992	(137.888)	(89.042)
Lucro líquido do exercício	203.249	58.523	203.248	58.489
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	-	-	203.249	58.523
Participação dos não controladores	-	-	(1)	(34)
	-	-	<u>203.248</u>	<u>58.489</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$ (Nota 29)			1,355	0,3902

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	203.249	58.523	203.248	58.489
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 22)	8.857	(7.220)	8.857	(7.220)
Hedge Accounting	(430)	-	(430)	-
Total do resultado abrangente do exercício	211.676	51.303	211.675	51.269
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	-	-	211.676	51.303
Participação dos não controladores				

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em “Despesas financeiras, líquidas” no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros
Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:
• dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
• inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
• quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.
Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge
Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica “Operações com derivativos”, são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em “Receitas ou despesas financeiras”. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 12.

2.7. Devedores por vendas, serviços e financiamentos
As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment*.

2.8. Ajuste a valor presente
O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A mesma taxa é aplicada a um ano ou menos as operações de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. Essa taxa em 31 de dezembro de 2017 correspondia a, em média, 0,79% ao mês (2016 – 1,10% ao mês).

2.9. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

2.10. Ativos intangíveis
As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:
• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
• A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*.
• Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*. Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares*, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.11. Imobilizado
O imobilizado, exceto edificações e terrenos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 16. O Grupo adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 2.13. O Grupo efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As benfiteiras em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. Conforme descrito na Nota 16, a Companhia e suas controladas reavaliaram seus imóveis (terrenos e edificações) ao seu valor justo.

2.12. Propriedade para Investimento
As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo. A partir da criação de uma nova unidade de negócio (imóveis) em 2016 (Nota 15 (c)), elas passaram a ser reconhecidas pelo valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como “Outros ganhos (perdas), líquidos”. A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

2.13. Deterioração de ativos não financeiros - impairment
Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.14. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. Empréstimos e financiamentos
A administração da Companhia apresenta, no reconhecimento inicial, financiamentos ao valor justo por meio do resultado para os casos em que haja financiamentos associados com operações de instrumentos financeiros derivativos. Os demais empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

2.16. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, e provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas, tendo como base, as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados do Grupo.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.18. Benefícios a funcionários
(a) Obrigações pós-emprego
A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.
(b) Participação nos lucros e bônus
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa, cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, lucro bruto, lucro líquido e índice de endividamento.

2.19. Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita, quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:
(a) Venda de produtos - varejo
A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito ou débito e financeiramente.
(b) Vendas de serviços
A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.
(c) Vendas de serviços financeiros
O Grupo realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.
(d) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.20. Arrendamentos
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia arrenda equipamentos de informática e de utilização no Centro de Distribuição. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.
2.21. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.
2.22. Reservas de retenção de lucros
A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social. O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.
2.23. Reapresentação dos valores correspondentes
Durante o exercício de 2017, a Companhia identificou que a classificação das transações com partes relacionadas não estavam registradas de acordo com a sua natureza. Consequentemente, a Companhia reclassificou os saldos das rubricas “Partes relacionadas” no balanço para as rubricas Devedores por vendas, serviços e financiamentos líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente, demais contas a receber, demais contas a pagar.

(c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo
A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é de aproximadamente dez anos. As premissas e julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da administração.
(d) Provisão para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias
Como descrito na Nota 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.
(e) Benefício pós-emprego
Por força de lei, a Companhia oferece aos seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Para estes casos, a administração contratou profissionais especializados e independentes para efetuar os cálculos com obrigações pós-emprego. Esses cálculos levam em consideração diversas premissas que produzem impacto no resultado das obrigações. O valor das obrigações pode se alterar a depender das premissas utilizadas (Nota 22).
(f) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento
O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos. Os principais dados utilizados pelo Grupo na avaliação do valor justo, classificado como nível 3, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros de valor justo ou risco de taxa de mercado de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco. A Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos sujeito às condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.
(a) Risco de mercado
(i) Risco cambial
A Companhia está exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar norte-americano e ao Euro. O risco cambial decorre de operações financeiras e comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa aos empréstimos de capital de giro originados em moeda estrangeira atrelados, substancialmente, ao dólar norte-americano. Essa exposição é protegida por operações de *swaps*. Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui operações de *swap* com o objetivo de troca de indexadores para todos os contratos de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A contratação dessas operações é efetuada nos mesmos prazos de vencimento dos contratos de empréstimos de capital de giro. A Companhia calcula a efetividade destes contratos de *swaps* no início de cada operação.
(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Considerando que suas atividades de negócio estão relacionadas com comercialização de produtos e concessão de crédito os quais são, substancialmente, relacionados com taxa de juros livre de risco (CDI) e risco de crédito das contrapartes (consumidores), a Companhia busca proteger-se do risco associado com taxas de juros contratando operações financeiras com riscos similares.
(b) Risco de crédito
As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). O Grupo restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.
(c) Risco de liquidez
A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada empresa individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, será mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata). A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores	668.637	-	668.637
Empréstimos e financiamentos	455.030	403.452	858.482
Demais contas a pagar (*)	109.887	38.449	148.336
	<u>1.233.554</u>	<u>441.901</u>	<u>1.675.455</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
Fornecedores	450.017	-	450.017
Empréstimos e financiamentos	764.813	307.658	1.072.471
Operações com derivativos	43.296	-	43.296
Demais contas a pagar (*)	149.093	56.739	205.832
	<u>1.407.219</u>	<u>364.397</u>	<u>1.771.616</u>
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores	1.193.934	-	1.193.934
Empréstimos e financiamentos	549.721	832.704	1.382.425
Demais contas a pagar (*)	60.528	36.172	96.700
	<u>1.804.183</u>	<u>868.876</u>	<u>2.673.059</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
Fornecedores	1.073.695	-	1.073.695
Empréstimos e financiamentos	1.133.556	314.215	1.447.771
Operações com derivativos	43.296	-	43.296
Demais contas a pagar (*)	135.990	33.786	169.776
	<u>2.386.537</u>	<u>348.001</u>	<u>2.734.538</u>

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 94.232 (2016 – R\$ 101.149) na Controladora, e R\$ 110.072 (2016 – R\$ 101.149) no Consolidado.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada. O Grupo tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 19)	1.382.425	1.447.771
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(586.808)	(534.347)
Divida líquida (A)	795.617	913.424
Total do patrimônio líquido	1.519.839	1.402.176
Total do capital (B)	2.315.456	2.315.600
Índice de alavancagem financeira - % (A / B)	35	39

4.3. Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros, especificamente derivativos de balcão, são todos mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem a utilização de preços de mercado cotados, ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares (nível 2). Essas técnicas de avaliação minimizam a margem de defasagem de preços entre os ativos, porém não representam de fato o preço real na data-base destes ativos. O valor justo das propriedades para investimentos considera na sua mensuração a utilização de taxas de descontos, rendimentos terminais, taxas de vacância e crescimento de aluguel (nível 3). Esses cálculos são efetuados por avaliadores independentes contratados pela Companhia.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Controladora relacionados com aplicações financeiras que se qualificam como caixa e equivalentes de caixa, no total de R\$ 182.858 (2016 – R\$ 138.154) na controladora e de R\$ 496.715 (2016 – R\$ 462.582) no Consolidado, são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros relacionados com disponibilidades financeiras de caixa, devedores por vendas, serviços e financiamentos, depósitos judiciais e demais contas a receber, totalizando R\$ 297.291 (2016 – R\$ 318.324) na Controladora e R\$ 2.304.020 (2016 – R\$ 2.253.020) no Consolidado, são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como fornecedores, empréstimos e financiamentos e demais contas a pagar, no valor total de R\$ 1.495.124 (2016 – R\$ 1.246.294) na Controladora e R\$ 2.571.778 (2016 – R\$ 2.251.064) no Consolidado, são classificados como outros passivos financeiros.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Nota 19) e as operações com derivativos (Nota 12), no valor total de R\$ 210.999 (2016 – R\$ 524.926) na Controladora e no Consolidado, são classificados como passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de crediário próprio (Nota 8) pode ser avaliada, mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui quatro tipos de classificação:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes				
Tipo 1	50	60	437.261	399.740
Tipo 2	94	111	823.223	731.670
Tipo 3	62	103	547.187	682.478
Tipo 4	72	73	635.128	484.791
Total de contas a receber de clientes	278	347	2.442.799	2.298.679

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:

- Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).
- Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).
- Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).
- Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, os empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

	Consolidado	
	2017	2016
Disponibilidades e aplicações financeiras		
M:Aaa.br	206.582	395.269
M:Aa1.br	23.720	84
F:A+ .br	-	1.502
F:AAA (Bra)	11	-
S:AA- .br	-	500
S:brAAA	-	128.733
S:brAA-	132.955	-
S:bbAA-	159	-
S:brBB-	12.187	-
M:Aa3.br	62	-
M:Aa2.br	58.975	-
A1.br	129.463	-
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	10.047	-
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	12.647	8.259
	586.808	534.347

	Consolidado	
	2017	2016
Empréstimos e financiamentos e cessão de crédito		
M:Aaa.br	402.324	1.317.899
F:A+ .br	-	20.116
S:AA- .br	-	44.931
S:brAA+	-	45.064
M: Aa1.br	225.447	-
M:Aa3.br	23.617	-
A1.br	219.580	-
M: A2.br	14.039	-
F: AA(Bra)	6.689	-
M: Aa2.br	55.663	-
S: brBB-	7.585	-
S: bbAA-	22.423	-
XP Investimentos CCTVM S/A	364.706	-
Ourinvest DTVM S/A	10.940	-
Letras de Câmbio	15.093	-
Outros (substancialmente leasing)	14.319	19.761
	1.382.425	1.447.771

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Moody's; F:Fitch e S:Standard & Poor's.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	13.385	10.608	57.443	50.796
Numerário em trânsito	32.650	20.968	32.650	20.969
Aplicações financeiras (*)	182.858	138.154	496.715	462.582
	228.893	169.730	586.808	534.347

(*) As aplicações financeiras da Controladora são compostas de fundos de investimentos de renda fixa, atualizados pelo valor da quota em 31 de dezembro, além de Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 79,30% do CDI ou 7,98% ao ano (2016 – 86,78% do CDI ou 12,28% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI - Over), efetuadas pela PEFISA com rendimento médio anual de 99,35% do CDI. (2016 – 99,87% do CDI).

8. Devedores por vendas, serviços e financiamentos, líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes	159.146	197.911	163.230	200.752
Contas a receber partes relacionadas (Nota 10)	679.099	532.496	-	-
Operações de crédito (*)	-	-	1.914.951	1.851.253
	838.245	730.407	2.078.181	2.052.005
Parcela classificada no ativo circulante	(838.245)	(730.407)	(2.060.034)	(2.045.816)
Ativo não circulante	-	-	18.147	6.189

(*) As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela controlada PEFISA.

Os devedores por vendas, serviços e financiamentos de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Crediário próprio				
A vencer				
Até 30 dias	278	49	1.368.047	1.121.364
De 31 a 60 dias	-	3	22.374	170.358
De 61 a 90 dias	-	2	16.906	129.291
De 91 a 120 dias	-	1	14.497	104.608
De 121 a 150 dias	-	-	11.006	83.663
De 151 a 180 dias	-	-	9.085	61.326
De 181 a 210 dias	-	-	7.750	43.385
De 211 a 240 dias	-	-	6.314	31.545
De 241 a 270 dias	-	-	5.125	22.883
De 271 a 300 dias	-	-	4.238	13.959
De 301 a 330 dias	-	-	2.885	9.751
De 331 a 360 dias	-	-	2.206	6.783
Acima de 361 dias	-	-	3.485	6.252
	278	55	1.473.918	1.805.168

Vencidas

De 01 a 30 dias	-	17	202.941	114.473
De 31 a 60 dias	-	16	96.956	48.511
De 61 a 90 dias	-	22	91.217	46.684
De 91 a 120 dias	-	24	87.523	43.294
De 121 a 150 dias	-	31	73.720	40.553
De 151 a 180 dias	-	39	63.047	32.713
De 181 a 210 dias	-	29	60.834	30.061
De 211 a 240 dias	-	24	64.551	25.020
De 241 a 270 dias	-	25	62.015	27.350
De 271 a 300 dias	-	39	49.282	26.827
De 301 a 330 dias	-	15	63.196	28.473
De 331 a 360 dias	-	11	53.599	29.552
	-	292	968.881	493.511
Crediário próprio	278	347	2.442.799	2.298.679

Cartões de crédito - terceiros	160.361	200.568	162.104	202.259
	160.639	200.915	2.604.903	2.500.938

Provisão para <i>impairment</i> de devedores por venda	-	-	(525.229)	(445.929)
Ajuste a valor presente (*)	(1.493)	(3.004)	(1.493)	(3.004)

Contas a receber de clientes, líquido

	159.146	197.911	2.078.181	2.052.005
--	---------	---------	-----------	-----------

(*) O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo (entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio, e a data do efetivo recebimento dos clientes).

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes vencidos no Consolidado, no total de R\$ 968.881 (2016 – R\$ 493.511), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.

Os saldos e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão apresentados, conforme segue:

Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	2017				2016					
	Hotel Jatiúca S.A.		Muricy Sociedade Comercial Ltda.		Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.		Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.		Jatiúca Administradora de Serviços Ltda.	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total		
Ativo circulante										
Devedores por vendas, serviços e financiamento líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8) (i)	679.098	-	-	-	-	-	-	679.098	532.496	
Outras contas a receber (Nota 13)	-	-	-	1.010	-	-	-	-	1.010	-
Dividendos a receber (Nota 13)	17.363	-	-	-	-	-	-	17.363	29.652	
								697.471	562.148	
Ativo não circulante										
Empréstimos de mútuo / AFAC	-	-	-	2.873	7	1.097	3.977	1.673		
Passivo circulante										
Repasso de recursos (i)	(59.308)	-	-	(1.625)	-	-	(60.933)	(34.943)		
Passivo não circulante										
Empréstimos de mútuo / AFAC	-	(862)	(1.769)	-	-	-	(2.631)	(23.306)		
Demonstração do resultado										
Receitas (despesas) financeiras	-	-	(67)	-	-	-	30	(37)	(104)	

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas Lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela Financeira do Grupo (PEFISA), esses valores são repassados para a Financiadora no prazo médio de 5 (cinco) dias.

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 7.257 (2016 – R\$ 6.954).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, no Consolidado, totalizou R\$ 21.821 (2016 – R\$ 23.670).

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	62.831	290
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre ouro a recuperar	2.692	2.692	2.692	2.692
FINSOCIAL a recuperar	2.208	7.573	2.818	7.984
INSS a recuperar	9.092	-	9.092	-
Imposto de renda retido na fonte	140	26.939	140	26.944
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	2.150	3.481	2.150	3.481
ICMS a recuperar	3.236	3.180	3.236	3.180
ICMS transferência interestadual (i)	11.110	8.534	11.110	8.534
ICMS retido substituição tributária (ii)	8.283	6.908	8.283	6.908
Outros impostos a recuperar	668	655	3.563	1.897
	39.579	59.962	105.915	61.910
	(33.084)	(51.770)	(34.334)	(52.476)
	6.495	8.192	71.581	9.434

Parcela classificada no circulante

Ativo não circulante

Os créditos de ICMS acumulados durante o exercício de 2017 e 2016 são decorrentes da sistemática do regime de substituição tributária e que têm parte de sua compensação com débitos de ICMS gerados por vendas de mercadorias que não estão enquadradas no regime supracitado, iniciada a partir do mês de dezembro de 2009.

(i) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R\$ 11.110 (2016 – R\$ 8.534), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(ii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R\$ 8.283 (2016 – R\$ 6.908), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

12. Operações com derivativos consolidado

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Valor de referência		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Contratos de swap				
Posição ativa				
Taxas de juros – (i) variação cambial	148.937	537.098	151.130	541.326
Posição passiva				
Taxas de juros – (i) 131,50% média do CDI	141.171	571.916	142.820	579.781
Valor justo líquido			8.310	(38.455)
No ativo circulante			(8.723)	(4.841)
No passivo circulante			413	43.296

(i) Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de juros fixas variaram entre 2,53% e 7,40%

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Demais contas a receber	Controladora		Consolidado		15. Investimentos						2017	2016
	2017	2016	2017	2016			Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda	Demais companhias	Total
Adiantamento a empregados	3.685	4.059	3.685	4.059								
Adiantamento a fornecedores	7.001	3.691	7.001	3.692								
Bonificação e propaganda cooperada a receber de fornecedores (*)	13.970	13.216	13.970	13.216								
Devedores por serviços - produtos financeiros	2.037	9.499	16.307	9.499	Movimentação dos investimentos							
Prêmio de seguro a apropriar	2.406	2.543	2.405	2.543	Saldo em 1º de janeiro	589.963	172.913	4.589	166.780	1.247	935.492	559.462
Outras contas a receber partes relacionadas (Nota 10)	1.010	-	-	-	Dividendos recebidos	(97.711)	-	-	-	-	(97.711)	(83.586)
Dividendos a receber (Nota 10)	17.363	29.652	-	-	Transferência da rubrica passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(20.823)
Empréstimo de mútuo (Nota 10)	3.977	1.673	-	-	Aporte de capital em dinheiro	-	205	-	-	-	205	66.220
Outras contas a receber	5.423	5.869	52.140	45.549	Aporte de capital em imóveis (i)	-	-	-	123.286	-	123.286	195.533
	56.872	70.202	95.508	78.558	Ajuste de avaliação patrimonial (ii)	-	(13.443)	-	-	-	(13.443)	105.223
Parcela classificada no circulante	(52.804)	(65.707)	(84.315)	(69.420)	Resultado de equivalência patrimonial	69.453	(3.167)	1.428	16.922	-	84.636	113.463
Ativo não circulante	4.068	4.495	11.193	9.138	Saldo em 31 de dezembro	561.705	156.508	6.017	306.988	1.247	1.032.465	935.492

(*) Está sendo apresentado nesta rubrica os valores a receber de fornecedores, referentes à veiculação de propaganda, onde exista acordos de parceria e, também, as bonificações por acordos comerciais firmados entre as partes.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias apuradas entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e seus correspondentes valores contábeis das demonstrações financeiras.
 As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, exceto para PEFISA, onde a contribuição social é de 20%.
 Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição dos tributos diferidos
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, líquido dos tributos diferidos passivos, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo fiscal	72.529	93.247	74.038	93.247
Base negativa de contribuição social sobre o lucro	32.086	39.315	32.637	39.315
Diferenças temporárias de práticas contábeis	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	139	816	139	816
Provisões não dedutíveis temporariamente	-	-	-	-
Bônus a empregados	12.677	8.581	14.804	17.214
Benefício pós-emprego	404	1.520	404	1.520
Contingências	42.006	42.402	206.445	196.731
Perda de depósitos judiciais	645	600	645	600
Impairment de devedores por vendas	-	-	71.157	115.882
Perdas de estoque	3.063	3.176	3.063	3.176
Propaganda	-	195	-	195
Provisões de tributos a recolher	-	22.158	-	22.158
Outras	6.579	9.470	8.923	11.323
	170.128	221.480	412.255	502.177

(b) Período estimado de realização
 Com base na projeção futura de geração de lucros tributáveis, a recuperação desses créditos tributários é estimada para ocorrer nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	30.397	-	156.766
2018	30.809	17.065	108.497	47.930
2019	16.977	21.144	49.865	52.010
2020	21.527	21.145	54.414	52.010
2021	26.200	32.223	59.088	63.089
2022	31.975	31.975	64.862	64.862
2023 a 2025	42.640	67.531	75.529	65.510
	170.128	221.480	412.255	502.177

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 61.576 (2016 - R\$ 57.647), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R\$ 20.936 (2016 - R\$ 19.600). Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

16. Imobilizado

(a) Controladora

	Terrenos		Imóveis		Avaliação a valor justo	Benefícios em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	2017	2016	2017	2016									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	39.023	167.686	116.390	83.572	-	116.390	83.572	163.820	5.216	35.161	4.998	23.143	639.009
Custo total	39.023	185.277	-	304.273	-	304.273	164.517	317.240	11.158	123.436	11.589	23.143	1.179.656
Depreciação acumulada	-	(17.591)	-	(187.883)	-	(187.883)	(80.945)	(153.420)	(5.942)	(88.275)	(6.591)	-	(540.647)
Valor residual	39.023	167.686	116.390	83.572	-	116.390	83.572	163.820	5.216	35.161	4.998	23.143	639.009
Saldo em 1º de janeiro de 2016	39.023	167.686	116.390	83.572	163.820	5.216	35.161	4.998	23.143	639.009	61.815	(23.549)	(84.139)
Aquisição	-	186	-	2.951	-	24	3.757	-	-	-	-	54.897	61.815
Alienação	(3.933)	(13.212)	(993)	(2.696)	(1.923)	(473)	(319)	-	-	-	-	-	(23.549)
Depreciação	-	(4.439)	-	(24.628)	(13.139)	(26.644)	(880)	(13.486)	(923)	-	-	-	(84.139)
Avaliação a valor justo (Nota 16 (c))	-	-	578.193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	578.193
Transferências	-	-	-	32.067	-	38.257	-	-	-	-	-	(70.324)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.090	150.221	578.193	122.836	70.688	173.510	3.887	25.113	4.075	7.716	1.171.329	7.716	1.171.329
Custo total	35.090	172.251	578.193	335.347	164.773	353.574	10.709	126.874	11.588	7.716	1.796.115	7.716	1.796.115
Depreciação acumulada	-	(22.030)	-	(212.511)	(94.085)	(180.064)	(6.822)	(101.761)	(7.513)	-	-	-	(624.786)
Valor residual	35.090	150.221	578.193	122.836	70.688	173.510	3.887	25.113	4.075	7.716	1.171.329	7.716	1.171.329
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.090	150.221	578.193	122.836	70.688	173.510	3.887	25.113	4.075	7.716	1.171.329	7.716	1.171.329
Aquisição	-	843	-	3.478	-	381	5.141	-	-	-	-	22.874	32.717
Alienação	(3.504)	(12.009)	(72)	(1.328)	(5.004)	(851)	(328)	-	-	-	-	-	(23.096)
Depreciação	-	(5.116)	-	(23.801)	(12.771)	(28.200)	(842)	(10.401)	(923)	-	-	-	(82.054)
Avaliação a valor justo (Nota 16 (c))	-	-	(67.169)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.169)
Transferências	-	-	-	12.606	611	13.621	-	(611)	-	-	-	(26.227)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.586	133.939	511.024	111.569	60.678	153.927	2.575	18.914	3.152	4.363	1.031.727	4.363	1.031.727
Custo total	31.586	161.085	511.024	347.881	167.534	362.191	10.239	131.077	11.588	4.363	1.738.568	4.363	1.738.568
Depreciação acumulada	-	(27.146)	-	(236.312)	(106.856)	(208.264)	(7.664)	(112.163)	(8.436)	-	-	-	(706.841)
Valor residual	31.586	133.939	511.024	111.569	60.678	153.927	2.575	18.914	3.152	4.363	1.031.727	4.363	1.031.727
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	-	(*)	10	10	20	20	10	-	-	-	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(b) Consolidado

	Terrenos		Imóveis		Avaliação a valor justo	Benefícios em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	2017	2016	2017	2016										
Saldo em 1º de janeiro de 2016	39.261	201.331	116.390	85.311	-	116.390	85.311	165.284	5.301	43.188	4.998	264	24.030	685.358
Custo total	39.261	220.527	-	304.273	-	304.273	167.494	319.020	11.307	132.712	11.589	642	24.030	1.230.855
Depreciação acumulada	-	(19.196)	-	(187.883)	-	(187.883)	(82.183)	(153.736)	(6.006)	(89.524)	(6.591)	(378)	-	(545.497)
Valor residual	39.261	201.331	116.390	85.311	-	116.390	85.311	165.284	5.301	43.188	4.998	264	24.030	685.358
Saldo em 1º de janeiro de 2016	39.261	201.331	116.390	85.311	165.284	5.301	43.188	4.998	264	24.030	685.358	86.315	(24.104)	(85.829)
Aquisição	28.846	647	-	3.019	463	26	4.614	-	-	-	-	51	48.649	86.315
Alienação	(3.963)	(13.738)	(993)	(2.696)	(1.922)	(473)	(319)	-	-	-	-	-	-	(24.104)
Depreciação	-	(5.284)	-	(24.628)	(13.355)	(26.871)	(903)	(13.775)	(923)	-	-	-	-	(85.829)
Avaliação a valor justo (Nota 16 (c))	-	-	737.622	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	737.622
Transferências	-	771	-	32.067	(199)	38.452	-	(6.130)	-	-	-	(33)	(64.928)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.144	183.727	737.622	122.836	72.080	175.406	3.951	27.578	4.075	192	7.751	1.399.362	7.751	1.399.362
Custo total	64.144	208.207	737.622	335.347	167.618	356.013	10.860	130.877	11.589	660	7.751	2.030.688	7.751	2.030.688
Depreciação acumulada	-	(24.480)	-	(212.511)	(95.538)	(180.607)	(6.909)	(103.299)	(7.514)	(468)	-	-	-	(631.326)
Valor residual	64.144	183.727	737.622	122.836	72.080	175.406	3.951	27.578	4.075	192	7.751	1.399.362	7.751	1.399.362
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.144	183.727	737.622	122.836	72.080	175.406	3.951	27.578	4.075	192	7.751	1.399.362	7.751	1.399.362
Aquisição	-	1.031	-	4.691	226	381	5.344	-	-	-	-	24	22.980	34.677
Alienação	(3.504)	(12.008)	(71)	(1.328)	(5.004)	(851)	(328)	-	-	-	-	-	-	(23.094)
Depreciação	-	(5.989)	-	(23.802)	(13.038)	(28.507)	(863)	(10.786)	(922)	-	-	-	-	(83.996)
Avaliação a valor justo (Nota 16 (c))	-	-	(87.537)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.537)
Transferências	-	-	-	12.607	610	13.621	-	(575)	-	-	-	-	(26.263)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	60.640	166.761	650.085	111.570	63.015	155.742	2.618	21.233	3					

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Avaliação a valor justo dos imóveis

A Companhia e sua controlada Hotel Jatiúca S.A. optaram por ajustar os saldos de seus imóveis em 2016, contratando avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo de seus imóveis, pois em 2010 a Companhia não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado com a utilização do "custo atribuído" (deemed cost), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Todos os bens foram objeto de avaliação por empresas especializadas - Apsis Consultoria Empresarial Ltda., Dexter Engenharia S/C Ltda. e Lautec Equipe Técnica Engenharia S/S Ltda. - mediante laudos desenvolvidos segundo as exigências e procedimentos estabelecidos pela NBR 14.653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens - e em conformidade com as técnicas de avaliação expostas pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os efeitos patrimoniais nas demonstrações financeiras são:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Avaliação a valor justo do imobilizado	511.024	578.193	650.084	737.622
IRPJ / CSSL diferidos - passivo (i)	173.748	196.586	221.028	250.791
Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido	337.276	381.607	429.056	486.830

(i) A Controlada Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. avalia seus imóveis pelo valor justo, com isso, foi registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, que em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.646.

(d) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem e atualização das lojas.

17. Intangível

(a) Controladora

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	565	82.566	67.323	150.454
Aquisições	-	-	3.039	3.039
Amortização	-	(34.788)	-	(34.788)
Transferência	-	60.547	(60.547)	-
Saldo contábil, líquido	565	108.325	9.815	118.705
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo	565	268.486	9.815	278.866
Amortização acumulada	-	(160.161)	-	(160.161)
Saldo contábil, líquido	565	108.325	9.815	118.705
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	565	108.325	9.815	118.705
Aquisições	-	-	14.767	14.767
Amortização	-	(35.297)	-	(35.297)
Alienação	-	(30.187)	-	(30.187)
Transferência	-	12.609	(12.609)	-
Saldo contábil, líquido	565	55.450	11.973	67.988
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	565	250.908	11.973	263.446
Amortização acumulada	-	(195.458)	-	(195.458)
Saldo contábil, líquido	565	55.450	11.973	67.988
Taxa de amortização - %	-	20	-	-

(b) Consolidado

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	565	82.566	67.323	150.454
Aquisições	-	23.476	8.505	31.981
Amortização	-	(36.266)	-	(36.266)
Transferência	-	60.547	(60.547)	-
Saldo contábil, líquido	565	130.323	15.281	146.169
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo	565	291.992	15.281	307.838
Amortização acumulada	-	(161.669)	-	(161.669)
Saldo contábil, líquido	565	130.323	15.281	146.169
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	565	130.323	15.281	146.169
Aquisições	-	-	61.492	61.492
Amortização	-	(41.324)	-	(41.324)
Alienação	-	(30.188)	-	(30.188)
Transferência	-	24.128	(24.128)	-
Saldo contábil, líquido	565	82.939	52.645	136.149
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	565	316.091	52.645	369.301
Amortização acumulada	-	(233.152)	-	(233.152)
Saldo contábil, líquido	565	82.939	52.645	136.149
Taxa de amortização - %	-	20	-	-

18. Fornecedores

	Taxa anual de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais		512.007	319.705	513.797	320.770
Fornecedores estrangeiros		25.615	25.302	25.615	25.302
Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros		30.709	25.833	30.709	25.833
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)		-	-	523.507	622.612
Confirming (ii)		107.093	86.724	107.093	86.724
Ajuste a valor presente		(6.787)	(7.547)	(6.787)	(7.546)
Menos:		668.637	450.017	1.193.934	1.073.695
Passivo circulante		(668.637)	(450.017)	(1.193.934)	(1.073.695)
No passivo não circulante		-	-	-	-

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) Trata-se de operações conduzidas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

19. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Moeda estrangeira					
US\$ 84.358 mil (2016 - US\$ 169.367 mil)	2,53 a 7,40	210.999	524.926	254.757	541.326
Moeda nacional	131,50 média do CDI	616.997	500.509	634.790	507.165
Depósitos interfinanceiros (i)	Taxa média de 118,87 do CDI	-	-	462.111	347.637
Prefixados (BNDES) (ii)	3,00 a 10,20 a.a.	15.140	27.274	15.421	31.881
Arrendamento mercantil (iii)		15.346	19.762	15.346	19.762
Menos:		858.482	1.072.471	1.382.425	1.447.771
Passivo circulante		(455.030)	(764.813)	(549.721)	(1.133.556)
No passivo não circulante		403.452	307.658	832.704	314.215

(i) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(ii) Foram captados junto ao BNDES empréstimos para investimentos sem garantias, e FINAME com alienação fiduciária dos bens.

(iii) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro relativos à aquisição de equipamentos de informática, com prazos que variam de 36 a 60 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros entre 8,17% a.a. e 14,91% a.a. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2022.

Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias. Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	764.813	-	1.133.556
2018	455.030	133.704	549.721	135.045
2019	390.095	164.491	621.199	164.564
2020	10.136	2.534	126.149	2.607
2021	2.690	6.929	84.825	11.999
2022	531	-	531	-
	858.482	1.072.471	1.382.425	1.447.771

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, não apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários				
Moeda estrangeira	254.757	254.757	541.327	541.327
Moeda nacional	1.127.668	1.127.668	906.444	906.444
	1.382.425	1.382.425	1.447.771	1.447.771

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

A administração da Companhia faz hedge dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 12), através de operações de swap, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos para o CDI. Esses empréstimos objeto de hedge são mensurados ao seu valor justo, assim como os contratos de swap.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Descrição	Saldo inicial		Juros		Liquidação		Saldo em 31/12/2017
	31/12/2016	31/12/2016	provisionados	liquidadados	principal	31/12/2017	
Moeda estrangeira	524.927	185.740	26.165	(63.100)	(462.733)	210.999	
Moeda nacional	500.509	405.384	89.580	(88.250)	(290.227)	616.996	
Prefixados (BNDES)	26.236	-	1.963	(1.882)	(11.707)	14.610	
Prefixados (FINAME)	1.037	-	37	(41)	(503)	530	
Arrendamento mercantil	19.762	4.486	2.104	-	(11.005)	15.347	
Total	1.072.471	595.610	119.849	(153.273)	(776.175)	858.482	

(Continua...)

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas por meio de notas promissórias, estando registrada pelo seu valor justo, e apresentam o seguinte prazo de realização:

	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	10.145
2018	6.384	5.077
2019	4.165	3.056
2020	2.991	1.885
2021	1.805	463
2022	507	-
	15.852	20.626

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é conforme segue:

	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	9.958
2018	6.419	4.792
2019	4.065	2.842
2020	2.853	1.707
2021	1.477	463
2022	532	-
	15.346	19.762

20. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas constituem provisão para contingências relativas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão registrada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2017		2016	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	6.638	-	6.898	-
Previdenciários	89.485	89.933	83.365	83.899
Trabalhistas e cíveis	50.930	33.616	43.062	40.813
	147.053	123.549	133.325	124.712
Apresentação das contingências líquidas dos depósitos judiciais	(89.485)	(89.485)	(83.365)	(83.365)
Não circulante	57.568	34.064	49.960	41.347

	2017		2016	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	6.638	404.947	6.898	380.315
Previdenciários	89.485	89.933	83.365	83.899
Trabalhistas e cíveis	51.726	39.906	43.794	46.556
	147.849	534.786	134.057	510.770
Apresentação das contingências líquidas dos depósitos judiciais	(89.485)	(89.485)	(83.365)	(83.365)
Passivo não circulante	58.364	445.301	50.692	427.405

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No início do exercício	133.325	131.564	134.057	133.267
Adições	15.299	13.253	15.311	13.270
Baixas por liquidação	(4.198)	(14.102)	(4.206)	(15.167)
Outros	2.627	2.610	2.687	2.687
	147.053	133.325	147.849	134.057

A administração efetuou análise detalhada dos depósitos judiciais para os casos em que a documentação-suporte não se apresentava completa ou adequada, foi constituída provisão para perdas na realização do ativo.

A movimentação da provisão para contingências no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No início do exercício	124.712	113.411	510.770	465.668
Adições	14.781	16.427	15.422	19.155
Baixas	(15.944)	(5.126)	(16.038)	(6.190)
Atualização monetária	-	-	24.632	32.137
	123.549	124.712	534.786	510.770

(a) Processos tributários

PIS e COFINS

A controlada PEFISA impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requeveu, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração de seu direito de pensar os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS nos termos da referida Lei. A controlada PEFISA está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação ao valor previsto segundo a Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2017, o montante destacado como provisão para contingências fiscais é de R\$ 404.947 (2016 - R\$ 380.315).

(b) Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões quando julgado que a perda é provável pela Administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2017, o montante provisionado correspondia a R\$ 39.906 (2016 - R\$ 46.556).

(c) Process

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações de benefícios de saúde pós-emprego

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego. O direito ao benefício de assistência médica de permanecer no plano de saúde da Companhia é oferecido ao ex-empregado quando da rescisão contratual, porém, arcando com a totalidade dos custos mensais do plano de saúde. Para o desligado aposentado, o período de permanência equivale ao mesmo período de anos que o ex-empregado trabalhou na Companhia, sendo que após dez anos de trabalho o benefício estende-se por toda a vida do ex-empregado, desde que esse direito tenha sido adquirido até 31 de agosto de 2016, data que marca o encerramento da participação dos empregados. Para o desligado não aposentado, o período equivale a 1/3 do tempo trabalhado, com mínimo de seis meses e máximo de dois anos, período esse computado até 31.08.2016. Em 31 de dezembro de 2017, foi registrada provisão sobre essa obrigação no montante de R\$ 3.665 (2016 – R\$ 15.804), dos quais R\$ 3.282 (2016 – R\$ 20.737) foram reconhecidos como reversão na demonstração do resultado, decorrentes das mudanças introduzidas pela mudança do plano de assistência médica, e R\$ 8.857 (2016 – R\$ 7.220) foram reconhecidos como reversão de remensuração atuariais no resultado abrangente do exercício. Os cálculos de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2017, elaborados por especialistas independentes, consideram as seguintes premissas:

	Percentual
Taxa de inflação médica	8,1
Rotatividade média	40,4

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade AF-2000F. Adicionalmente, como regra para fins de aposentadoria, foi considerado como segue:

Aposentadoria	Tempo de serviço	Idade
Masculino	35 anos	65 anos
Feminino	30 anos	60 anos

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	203.249	58.523
Lucro líquido - base para cálculo da reserva legal	203.249	58.523
Reserva legal - 5%	(10.163)	(2.926)
Lucro retido - não disponível ao acionista (i)	(68.062)	(55.597)
Lucro retido - não disponível ao acionista (ii)	19.912	-
Lucro líquido ajustado - base para cálculo dos dividendos	144.936	-
Percentual de dividendos	27,60	25
Dividendos provisórios	40.000	-

(i) Com a operação imobiliária (Nota 15 (c)), a Companhia registrou ganho de capital no montante de R\$ 68.062. Este montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor.

(ii) Com a readequação do Sistema comercial ERP, houve baixa parcial dos investimentos no montante de R\$ 19.912. Este montante foi excluído para fins de cálculo de dividendos.

(c) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia (atualmente de R\$ 460.000). Atendido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

24. Receita

A composição das principais receitas do Grupo assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercadorias	3.773.873	3.729.073	3.795.808	3.749.987
Ajuste a valor presente das vendas	(8.459)	(29.794)	(8.459)	(29.794)
Serviços financeiros	-	-	796.026	979.429
Serviços prestados	61.554	97.299	67.334	97.449
Receita bruta das vendas e dos serviços	3.826.968	3.796.578	4.650.709	4.797.071
Descontos concedidos	(92.072)	(85.985)	(92.072)	(85.985)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(962.944)	(958.906)	(967.157)	(961.201)
Receita líquida de vendas e dos serviços	2.771.952	2.751.687	3.591.480	3.749.885

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas	(1.556.024)	(1.636.585)	(1.615.982)	(1.700.711)
Despesa com pessoal	(552.981)	(614.490)	(683.113)	(706.770)
Encargos de depreciação e amortização	(117.351)	(118.927)	(125.320)	(122.095)
Despesas de transporte	(2.827)	(8.879)	(13.021)	(8.879)
Custos de publicidade	(41.488)	(47.610)	(44.416)	(56.279)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(215.780)	(212.419)	(247.607)	(234.341)
Despesa de comunicação	(6.864)	(8.316)	(42.502)	(58.099)
Outras despesas (inferiores a R\$ 3 milhões por rubrica)	(133.092)	(169.139)	(516.664)	(710.194)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(2.626.407)	(2.816.365)	(3.288.625)	(3.597.368)

26. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	-	-	(549)	(1.450)
Aluguéis recebidos	989	5.422	989	5.422
Despesas diversas (i)	74.537	(16.290)	74.537	(16.290)
Ganho de capital na alienação de bens - Arthur Lundgren Investimentos Incorporação e Administração Ltda. (Nota 15 (b))	103.124	149.728	103.124	149.728
Ganho de capital na alienação de bens - Hotel Jatiúca S.A. (Nota 15 (ii))	-	28.660	-	28.660
Perdas na alienação de imobilizado e intangível	(29.078)	(2.335)	(29.078)	(2.335)
Ganhos em créditos bancários não identificados	230	712	4.118	12.061
Bonificação por expansão de lojas	5.868	-	1.368	-
Venda de energia elétrica	824	-	824	-
Participação em resultados	30.580	7.721	-	-
Ajuste a valor justo (AVJ) Imóveis	-	-	35.376	-
Outras receitas (despesas), líquidas	1.726	375	(1.633)	1.915
	188.800	173.993	189.076	177.711

(i) É política da Companhia provisionar valores que ofereçam algum tipo de risco futuro, portanto, houve reversão de provisões referente a créditos de PIS e COFINS tomados sobre determinadas despesas.

27. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa financeira				
Empréstimos com partes relacionadas	(67)	(206)	-	-
Empréstimos bancários	(119.849)	(196.012)	(121.055)	(198.979)
Varição cambial passiva	(906)	(2.388)	(906)	(2.388)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(8.400)	(9.430)	(8.400)	(9.430)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(51.774)	(57.948)	(51.774)	(57.948)
Swaps de taxa de juros: hedges do valor justo	6.542	5.304	6.629	5.706
Recuperação judicial de juros pagos indevidamente	-	12.968	-	12.968
Juros sobre pagamento de PIS e COFINS - REFS	(5.094)	-	(5.094)	-
Outras despesas financeiras	(766)	(1.814)	(2.324)	(2.231)
Total das despesas financeiras	(180.314)	(249.526)	(182.924)	(252.302)
Receita financeira				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	4.838	13.567	4.838	13.567
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	79	243	-	-
Descontos obtidos	12.379	9.157	12.379	9.157
Ajuste a valor presente - contas a receber	9.970	39.107	9.970	39.107
Atualização monetária dos depósitos judiciais	2.503	5.159	2.503	5.159
Outras receitas financeiras	1.441	2.023	2.439	2.615
Total das receitas financeiras	31.210	69.256	32.129	69.605
Despesas financeiras, líquidas	(149.104)	(180.270)	(150.795)	(182.697)

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	269.905	42.531	341.136	147.531
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(91.768)	(14.461)	(115.986)	(50.161)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes				
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	-	(15.009)	(25.626)
Resultado de equivalência patrimonial	28.786	38.585	-	-
Bônus administradores	(2.122)	(1.099)	(2.122)	(1.625)
Patrocínios e doações	(727)	(595)	(846)	(2.771)
Outras	(1.280)	(6.438)	(3.925)	(8.859)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	(66.656)	15.992	(137.888)	(89.042)
Corrente	(30.104)	(743)	(51.120)	(127.097)
Diferido	(36.552)	16.735	(86.768)	38.055
	(66.656)	15.992	(137.888)	(89.042)
Alíquota efetiva - %	25	38	40	60

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 20%.

29. Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado, mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dilutivo.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	203.249	58.523
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	150.000	150.000
Lucro básico e diluído por ação - reais	1,3550	0,3902

30. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

31. Compromissos com arrendamento mercantil - contratos de locação das lojas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém 253 contratos de locação para suas lojas (2016 – 241 contratos), centro de distribuição e unidades administrativas, por prazos de até dez anos. Nos termos do CPC 06, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na definição de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das lojas estabelecem uma despesa de aluguel mensal, a os valores dos contratos são reajustados anualmente com base em índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas de aluguel totalizaram R\$ 116.005 (2016 – R\$ 109.241) na controladora.

O saldo de aluguéis a pagar é de R\$ 16.660 em 31 de dezembro de 2017 (2016 – R\$ 16.151), incluído em outras contas a pagar.

Os compromissos futuros relacionados com os contratos de locação, com base nos valores de 31 de dezembro de 2017, totalizam valor mínimo de R\$ 1.255.991 (2016 – R\$ 1.196.737), assim distribuídos:

	Reais
2018	125.599
2019 até 2023	627.996
2023 em diante	502.396
	1.255.991

32. Cobertura de seguros

É política do Grupo a contratação da cobertura de seguros para estoques e bens do imobilizado sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura	
		Controladora	Consolidado
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval / fumaça / lucros cessantes	240.033	268.968
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	10.627	10.627

TOSHIO KAWAKAMI
Diretor-PresidenteMARTIN MITTENDORF
Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-SuperintendenteALBERTO KOHN DE PENHAS
Diretor ComercialPAULA FERREIRA DE ANDRADE ROMANO
Diretora de OperaçõesABENER BÔA
Contador CRC 15P095415/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16c às demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada, Hotel Jatiúca S.A., registraram nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, reavaliação dos itens do imobilizado nos montantes de R\$ 578.193 mil e R\$ 737.622 mil, respectivamente. De acordo com a legislação societária brasileira (Lei 6.404/76) não é mais permitido que as entidades registrem mais valor sobre os seus ativos. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de investimento, imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e patrimônio líquido estão apresentadas a maior em R\$ 91.780 mil, R\$ 511.024 mil, R\$ 173.748 mil e R\$ 337.276 mil, respectivamente e nas demonstrações financeiras consolidadas, as rubricas de imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante), patrimônio líquido apresentados a maior R\$ 650.084 mil, R\$ 221.028 mil, R\$ 429.056 mil, respectivamente.

2. Conforme mencionado na nota explicativa 15(c), a Companhia efetuou conferências de imóveis no processo de constituição de controlada, mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas, resultando nas demonstrações financeiras individuais, no reconhecimento de um ganho de capital, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 103.124 mil (R\$ 149.728 mil em 2016). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, transações de capital realizadas com acionistas devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Consequentemente, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentado a maior, líquido dos efeitos tributários, em R\$ 68.062 mil e R\$ 98.820 mil, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os imóveis utilizados no processo de conferência de ativos que atendiam os critérios para propriedades para investimentos, estavam classificados indevidamente como imobilizado. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 2.23, foram anteriormente conduzidos por outros auditores independentes que emitiram relatório com modificações datado em 27 de março de 2017, pelos mesmos assuntos 1) descrito na seção Base para opinião com ressalvas e pela classificação indevida de ganho de capital diretamente no resultado daquele exercício.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 examinamos as reclassificações nos valores correspondentes do balanço patrimonial e nas demonstrações dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas", concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão dos assuntos "1" e "2", com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: